

OS (DES)EQUILÍBRIOS DOS ESPAÇOS ESCOLARES DA LEITURA: UM OLHAR PARA O PNBE

THE (DES)BALANCES OF THE SCHOOL SPACES OF READING: A LOOK AT THE PNBE

LOS (DES)EQUILIBRIOS DE LOS ESPACIOS ESCOLARES DE LECTURA: UNA MIRADA AL PNBE

Ilsa do Carmo Vieira Goulart¹
Maria das Dores Soares Maziero²
Andrea Rodrigues Dalcin³
Giovanna Rodrigues Cabral⁴

Resumo: O Programa Nacional Biblioteca na Escola, iniciado em 1997, apoia a promoção da cultura, estimulando a leitura entre alunos/professores, através da distribuição de obras literárias e de pesquisa para constituição de acervo nas bibliotecas escolares de todo o país, por compreendê-las como o espaço de gerenciamento das obras e de favorecimento de acesso à leitura, contribuindo para a formação de leitores. Diante disso, este texto tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre as políticas de incentivo à leitura, especificamente o PNBE, com foco nos espaços escolares de leitura. Para tanto, desenvolve-se um estudo descritivo, com uma abordagem qualitativa, a partir dos documentos do PNBE e da BNCC, de modo a dar visibilidade aos (des)equilíbrios das ações de incentivo à leitura no Brasil, nos últimos anos.

Palavras-chave: Espaço escolares de leitura; PNBE; políticas públicas de incentivo à leitura.

Abstract: The National School Library Program, started in 1997, supports the promotion of culture, stimulating reading among students/teachers, through the distribution of literary and research works for the constitution of collections in school libraries throughout the country, for understanding them as the space for managing the works and favoring access to reading, contributing to the formation of readers. Therefore, this text aims to present a reflection on the policies to encourage reading, specifically the PNBE, focusing on the school spaces of reading. To this end, a descriptive study is developed, with a qualitative approach, based on the PNBE and BNCC documents, in order to give visibility to the (un)balances of the actions to encourage reading in Brazil in recent years.

Keywords: Reading school space; PNBE; public policies to encourage reading.

Resumen: El Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, iniciado en 1997, apoya la promoción de la cultura, estimulando la lectura entre estudiantes/profesores, a través de la distribución de obras literarias y de investigación para la constitución de colecciones en bibliotecas escolares de todo el país, para entenderlas como el espacio de gestión de las obras y favorecer el acceso a la lectura, contribuyendo a la formación de lectores. Por ello, este texto pretende presentar una reflexión sobre las políticas de fomento de la lectura, concretamente el PNBE, centrándose en los espacios escolares de lectura. Para ello, se desarrolla un estudio descriptivo, con un enfoque cualitativo, basado en los documentos pnbe

¹ Universidade Federal de Lavras.

² UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia.

³ Prefeitura Municipal de Cajamar.

⁴ Universidade Federal de Lavras.

y BNCC, con el fin de dar visibilidad a los (des)equilibrios de las acciones para fomentar la lectura en Brasil en los últimos años.

Palabras clave: Espaço escolar de leitura; PNBE; políticas públicas para fomentar la lectura.

Introdução

Ao trazermos a temática da leitura como centralidade desse estudo, direcionamos a reflexão às políticas públicas que apoiam e incentivam práticas leitoras nas instituições escolares que, por sua vez, oferecem espaços físicos de circulação de obras e armazenamento de materiais de leitura, dando suporte didático-pedagógico às práticas educativas e contribuindo com a formação de leitores. Diante disso, destacamos o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE) como uma iniciativa que está há mais de 20 anos em vigência para refletirmos sobre os (des)equilíbrios das políticas públicas de estímulo à leitura.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), iniciado em 1997, apoia a promoção da cultura, estimulando a leitura de sujeitos leitores, alunos e professores, por meio da distribuição de obras literárias e de pesquisa para constituição de acervo nas bibliotecas escolares de todo o país, por compreendê-las como o espaço de gerenciamento das obras e de favorecimento de acesso à leitura, contribuindo para a formação de leitores.

O governo federal, através do Ministério da Educação (MEC), tem produzido esforços por meio de políticas públicas em relação ao livro, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), com o propósito de prover as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita (BRASIL, 2019).

Podemos destacar que ao longo dos anos alguns materiais de apoio à prática educativa têm se destacado, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular); as avaliações externas; os manuais para o professor e as obras literárias entregues pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), PNAIC (Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa), PNLD para Educação Infantil; material de apoio pedagógico complementar aos livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa; jogos e tecnologias educacionais, que consistem em materiais próprios para a alfabetização; Programa Tempo de Aprender, que visa ao aprimoramento da alfabetização no país, contendo ações voltadas à formação continuada para professores alfabetizadores, apoio pedagógico para a alfabetização, aprimoramento das avaliações de alfabetização e a valorização dos profissionais de alfabetização.

Neste sentido, neste texto objetivamos apresentar uma reflexão a respeito das políticas de incentivo à leitura, especificamente o PNBE, com foco na descrição e orientação sobre as atividades a serem desenvolvidas em espaços escolares de leitura. Para tanto, desenvolvemos um estudo descritivo, com uma abordagem qualitativa, a partir dos documentos do PNBE e da BNCC, de modo a dar visibilidade aos (des)equilíbrios das ações de incentivo à leitura no Brasil, nos últimos anos.

Nessa direção, este artigo subdivide-se em três subtítulos. O primeiro, *Espaços escolares de leitura e formação de leitores*, discute as distintas nomeações do espaço escolar que se constitui como local de leitura, bem como o que se compreende por biblioteca escolar, considerando aspectos políticos, pedagógicos e ideológicos em diferentes tempos.

O segundo subtítulo, *Programa Nacional da Biblioteca Escolar em diálogo com documentos oficiais e políticas públicas*, discorre sobre a substituição do PNBE pelo PNLD Literário, além de iniciativas que antecederam estes programas, tais como Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL), Proler, Pró-Leitura, Programa Nacional Biblioteca do Professor, entre outros.

Por fim, apresentamos o terceiro subtítulo, *Um ponto de desequilíbrio*, que apresenta os diálogos construídos entre o PNBE e outros documentos orientadores, tendo como destaque a

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, discutimos sobre como o trabalho de leitura se constitui neste documento, referência para a construção dos currículos municipais da educação básica. Também se discute como são abordadas a biblioteca escolar e as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas em espaços escolares, bem como o desequilíbrio sinalizado na conexão que se estabelece entre documento e programa.

Espaços escolares de leitura e formação de leitores

Ao partimos da premissa de que “todo ato de leitura transcorre no espaço e no tempo” (PERROTTI, 2015, p. 94), entendemos, assim como o autor, que embora sejam oferecidos ou constituídos diversos ambientes em que a leitura possa acontecer e ser estimulada, existem neste contexto muitas outras questões ou elementos que se entropõem ao que podemos chamar de “espaços escolares de leitura”.

Por espaços de leitura compreendemos aqueles ambientes que se constituem como “dispositivos e, enquanto tal, configurações ambivalentes e mesmo contraditórias” (PERROTTI, 2015, p. 94), que ocorrem ou promovem discursos, finalidades e conexões, nem sempre compatíveis com a complexidade que envolve a compreensão leitora, este movimento dinâmico da construção de sentidos.

Nesta mesma vertente, Goulart, Reis e Castro (2018) também apontam que a compreensão de biblioteca escolar esbarra em questões políticas, pedagógicas e ideológicas, o que requer um olhar mais alargado às dimensões que a envolvem, isto porque, para Castrillon (2009, p. 11) “[...] uma biblioteca escolar é mais produto de uma construção coletiva em que participam docentes, a direção escolar e administrativa, em primeira instância, mas também alunos”⁵.

Talvez por serem produto de uma construção coletiva, os diferentes “espaços escolares de leitura” apresentam certa distinção nas nomeações para caracterizar local de divulgação e incentivo à leitura nas instituições escolares. Ao considerar as bibliotecas escolares como produto de uma construção coletiva, os estudos de Ghaziri e Arena (2010) demonstraram, a partir de uma pesquisa sobre o perfil cultural dos professores de uma região do Estado de São Paulo, que as denominações de ambientes físicos ou de projetos apresentam-se como “Salas de Leitura”, “Lugar dos Livros”, “Farol do Saber”, “Espaço de Leitura”, entre outras nomeações, que se parecem tentativas de fuga da nomenclatura “biblioteca escolar”, isso ocorre devido à ideia de biblioteca a partir do modelo clássico estrutural, em contradição com a precariedade do espaço e a ausência de um profissional formado especificamente para isso – o bibliotecário.

Frente à questão de indefinição da nomeação, cabe descrevermos o que se compreende por “biblioteca escolar”. De acordo com as Diretrizes da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) elaboradas pelo Comité Permanente da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA, na edição de Barbara Schultz-Jones e Dianne Oberg, apresenta algumas contribuições do Conselho Executivo da International Association of School Librarianship, o qual define que:

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de mídia, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro

⁵ “[...] una biblioteca escolar es más producto de una construcción colectiva em la que participan docentes, directivos docentes y maestros en primera instancia, pero también alumnos”.

de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções (IFLA, 2016, p. 19).

Verificamos que a definição de biblioteca escolar como espaço de aprendizagem e de difusão da leitura e de ímpeto investigativo e criativo se constitui o cerne para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural de sujeitos leitores. Entretanto, o documento evidencia que a designação da biblioteca escolar traz variações, conforme a época e o lugar geográfico, o que não macula a compreensão da função de espaço escolar de leitura.

De acordo com Britto (2016, p. 79-80), a compreensão mais atual de biblioteca se constitui a partir da função que este espaço exerce socialmente, de finalidade, do lugar que ocupa, do público que atende, entretanto

[...] continua sendo o lugar de encontrar conhecimento em textos escritos e, pela leitura, fazer indagações sobre as coisas da vida, sobre o mundo. E, quanto mais a biblioteca prover o tipo de leitura que importa a seus usuários e organizar-se em função disso, mais apropriada será. E, quanto mais propositiva for antecipando-se ao leitor e ampliando suas possibilidades, mais formativa será.

Para Britto (2016), a existência da biblioteca escolar decorre da existência da escola, sendo sua finalidade atender ao público com o qual se compromete: os alunos, professores, funcionários. Por ser a escola um lugar de ensino e aprendizagem, compete à biblioteca se organizar para atender as necessidades de seu público.

Nesta vertente, Vasques *et al.* (2014) descrevem que a biblioteca escolar está organizada de modo a integrar-se ao contexto das práticas educativas e ao desenvolvimento do currículo escolar. Desta forma, funciona como um espaço de circulação de recursos educativos integrados ao processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de fomentar a leitura e a informação, por isso precisa “oportunizar o fortalecimento do ensino e deixar de ser utilizada pelos professores para castigar alunos ou como um depósito para entulho, móveis, e até mesmo livros que poderiam ser reconstruídos” (VASQUES *et al.*, 2014, p. 22).

Neste sentido, a biblioteca escolar precisa funcionar como espaço privilegiado de incentivo à leitura e de formação, de modo a oferecer as condições de acesso a diferentes materiais de leitura, contribuindo para a formação de leitores.

Programa Nacional Biblioteca na Escola: entre programas oficiais e políticas públicas

A apropriação da leitura e da escrita como prática social e cultural contribui de maneira contundente para o desencadear de competências e habilidades importantes para que os sujeitos leitores (alunos e professores) transitem com autonomia pela cultura letrada. Talvez essa prerrogativa justifique o investimento de políticas públicas em ações de incentivo à leitura, em âmbito nacional, por meio da avaliação e distribuição de obras de literatura com o propósito de fornecer aos estudantes e seus professores materiais de leitura variados para promover a leitura literária como fruição e reelaboração da realidade, bem como incentivar a leitura como instrumento de ampliação de conhecimentos.

De acordo com as descrições disponíveis na página do Ministério da Educação⁶ (MEC), o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), criado em 1997, teve por finalidade “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (BRASIL, 1997, p.

⁶ Ver: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 25 jul. 2021.

1). Inicialmente, o programa atendia a educação básica de forma alternada, privilegiando ora as escolas de educação infantil, ora as de ensino fundamental (anos iniciais), ora as de educação de jovens e adultos, ora as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Atualmente, as ações do programa abrangem de maneira integral e gratuita todas as escolas públicas de educação básica que estão cadastradas no Censo Escolar.

O PNBE apresenta-se dividido em três ações, sendo a primeira delas o PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônicas, memórias, biografias e teatro); em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas); livros de imagens e livros de história em quadrinhos. A segunda ação, o PNBE Periódicos, avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio; finalmente, vem o PNBE do Professor, cujo objetivo é apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.

Instituído a partir da Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997, o Programa Nacional Biblioteca na Escola trazia em seu art. 1º, as seguintes características básicas:

- a. aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência;
- b. produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental;
- c. apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura;
- d. produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico (BRASIL, 1997, p. 1).

A partir da publicação do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) foi substituído pelo Programa PNLD Literário, com a unificação das ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, pela qual as obras literárias passaram a ser submetidas aos mesmos processos dos livros didáticos, permitindo, inclusive, a escolha das obras pelas escolas, o que não era permitido em versões anteriores de aquisições literárias do PNBE.

Paiva e Duarte (2015) apresenta um panorama das iniciativas que antecederam o PNBE, destacando, dentre elas, o Programa Nacional Sala de Leitura⁷ (PNSL) (1984-1987), criado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com a finalidade de compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar as salas de aula. Esta iniciativa foi implementada em parceria com as secretarias estaduais de educação e com as universidades responsáveis pela capacitação de professores. Isto, talvez, justifique a nomenclatura “sala de leitura” para as bibliotecas escolares, que ficou consolidada nas instituições escolares.

Outra iniciativa é o Proler⁸, em vigência, criado pela Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, que tem como objetivo possibilitar à comunidade em geral, em diversos segmentos da sociedade civil, o acesso a livros e a outros materiais de leitura. De acordo com

⁷ Cf. Brasil. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

⁸ BRASIL. Secretaria de Cultura. **Decreto nº 519**, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Brasília, 13 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm#:~:text=DECRETO%20No%20519%2C%20DE.da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20nos%20arts. Acesso em: 05 jan. 2022.

Paiva e Duarte (2015), o MEC participou desse programa de forma indireta, com a tramitação de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Na sequência, há o Pró-Leitura na Formação do Professor (1992-1996)⁹, criado através de uma parceria entre o MEC e o governo francês, com o propósito de atuar na formação de professores leitores como facilitadores de seus alunos no contato com a leitura e a escrita. Segundo Paiva e Duarte (2015, [n. p.]), esse programa, ao ser “inserido no sistema educacional, aspirava a estimular a prática leitora na escola, pela criação, organização e movimentação de salas de leitura, de cantinhos de leitura e de bibliotecas escolares”. Concomitantemente a este programa, implementou-se o Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994-1997)¹⁰, com o objetivo de dar suporte à formação de professores do Ensino Fundamental (anos iniciais) no desenvolvimento de dois propósitos: a aquisição e a distribuição de acervos bibliográficos e a produção e a difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Este programa foi extinto com a criação, em 1997, do Programa Nacional Biblioteca da Escolar (PNBE), cujo objetivo principal é democratizar o acesso a obras infantis e juvenis de literatura brasileira e estrangeira, além de fornecer materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras.

Um ponto de desequilíbrio

Podemos perceber que o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) traz como uma de suas características a preocupação em favorecer o contexto de práticas de leitura e de pesquisa nas instituições escolares. Diante disso, nos dispomos a observar os diálogos construídos entre o PNBE e outros documentos orientadores, e para tanto destacaremos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por se tratar de um documento técnico que tem como referência outros documentos curriculares como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹¹, a BNCC determina um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica. Implementada pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular traz como finalidade balizar uma educação de qualidade e encontra-se em vigor em âmbito nacional.

A princípio, observamos como o documento apresenta orientações em relação ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas bibliotecas escolares, bem como possibilidades de ações formativas destinadas aos docentes, como práticas educativas com as atividades de leitura literária ou da leitura informativa.

Constamos que o trabalho com a leitura aparece mencionado duas vezes no documento: 1) Em relação ao trabalho com as práticas de linguagem na disciplina de Língua Portuguesa, do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com ênfase na habilidade de “(EF35LP02) Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua

⁹ Cf. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor**. Brasília: MEC/SEF, 1996. Cf. MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/projeto-pro-leitura-na-formacao-do-professor/>. Acesso em 05 jan. 2022.

¹⁰ O Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994-1997), foi criado com o objetivo apoiar a formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, ancorou-se em duas frentes de ação: a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Esse programa foi extinto com a instauração do PNBE pela Portaria n. 652, de 16 de setembro 1997.

¹¹ Cf. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

opinião, após a leitura” (BRASIL, 2018, p. 111); 2) Ao destacar as ações investigativas nas áreas de Ciências Humanas, há a afirmação de que no

Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). (BRASIL, 2018, p. 353).

Na etapa da educação infantil, a BNCC organiza as ações educativas em eixos estruturantes, propondo interações e brincadeiras, assegurando “os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se” (BRASIL, 2018, p. 38). Para tanto, a organização curricular da Educação Infantil estrutura-se em cinco campos de experiência, em que se definem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Podemos observar que no eixo “Escuta, fala, pensamento e imaginação” ocorre a descrição de práticas educativas que explorem a leitura e a contação de histórias, como práticas de aprendizagem a serem desenvolvidas.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO BNCC		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas)	(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas)	(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas
(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.	(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.	(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.

Quadro 1 – Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento – BNCC – Fonte: BNCC (BRASIL, 2018, p. 47)

O mesmo podemos destacar em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, em que o “Eixo Leitura” concentra as práticas de linguagem que decorrem de um processo de interação ativa do “leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação”. O documento apresenta orientações em relação ao que se compreende por leitura, indicando quatro aspectos dessa ação, como: 1) a leitura fruição estética de textos e obras literárias; 2) como pesquisa e embasamento aos trabalhos escolares e acadêmicos; 3) para realização de procedimentos; 4) como busca de conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; 5) ler para sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; 6) ler para ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BRASIL, 2018).

LÍNGUA PORTUGUESA – 1º AO 5º ANO	
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO HABILIDADES
CAMPO DA VIDA COTIDIANA – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns gêneros textuais deste campo: agendas, listas, bilhetes, recados, avisos, convites, cartas, cardápios, diários, receitas, regras de jogos e brincadeiras.	
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Leitura de imagens em narrativas visuais
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas. Alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros.	

Quadro 2 – Práticas de linguagem BNCC – Fonte: BNCC (BRASIL, 2018, p. 94)

O documento indica atividades que podem ser desenvolvidas em diferentes espaços, no entanto omite-se a biblioteca escolar. Parece haver uma anulação de ações pedagógicas possíveis de serem efetivadas em espaços escolares de leitura. Evidencia-se a ausência de uma descrição mais direcionada de ações formativas e práticas pedagógicas que abranjam os eixos estruturantes, no caso o eixo de leitura proposto pelo documento da BNCC, sinalizando um desequilíbrio entre os diferentes documentos que orientam as práticas educativas em espaços escolares. Observa-se um ofuscamento de ações que dialoguem com as propostas do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), de promover o acesso à cultura e de incentivar a leitura aos alunos e aos professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

Embora as ações da BNCC estejam ancoradas em eixos que privilegiem habilidades a serem desenvolvidas, a biblioteca escolar não aparece como um espaço que se integra ao contexto das práticas educativas, nem ao desenvolvimento do currículo escolar. Desta forma, não se observa uma descrição que indique práticas de leitura em um espaço de circulação de recursos educativos integrado ao processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de fomentar a leitura e a informação, conforme apresentam Vasques *et al.* (2014).

Considerações finais

Uma constatação recorrente ao se falar sobre questões de leitura é a existência do elo invisível e intrínseco que parece existir entre prática leitora e escola, considerada por todos como a maior responsável por formar leitores proficientes, seja de obras (in)formativas ou de obras literárias.

Tendo em vista este objetivo maior, é natural o surgimento de políticas públicas, as mais diversas, para fazer chegar à escola obras a serem lidas por alunos e professores, através de programas que visam prover as bibliotecas escolares com livros de qualidade, além de ações e proposições sobre quando e como despertar o gosto pela leitura desde a mais tenra idade.

Programas como o PNBE, o Proler, o Pró-Leitura, o Sala de Leitura e tantos outros que temos visto serem criados nos últimos tempos, buscam, cada um de um modo próprio, subsidiar escola e professores em tão difícil tarefa. Mas estes programas específicos de apoio à formação de leitores também se entrecruzam com outras ações de políticas públicas, principalmente em âmbito federal, de amplitude maior, que também consideram a leitura em suas determinações e ações, como é o caso da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento balizador do ensino público e privado.

Como tais programas e iniciativas surgem em tempos distintos, atendendo a determinações sociais e políticas, é esperado que haja discordâncias ou discrepâncias entre eles, pois o que era objetivo primordial em um dado tempo histórico devido às condições sociais, culturais e políticas existentes, deixa de ser relevante em outro tempo e sob outras condições.

Assim, se há uma concordância inicial a respeito da importância de se formar leitores e do papel relevante que a escola desempenha nessa tarefa, também parece haver divergências no que diz respeito a como atingir este objetivo maior, até porque o próprio conceito do que seja ser leitor e que tipo de obra deve ser lida é movente, instável e provisório, o que tem provocado certos desequilíbrios nas ações de incentivo à leitura no Brasil, nos últimos anos.

Deste modo, podemos considerar que as questões relacionadas à formação de leitores e ao desenvolvimento de ações ligadas à leitura, literária ou não, talvez necessitem ir além do mero envio de obras para as escolas, pois tais questões são mais complexas do que os programas aparentemente apresentam. Após tantas obras enviadas às escolas, tantas ações empreendidas, muitas vezes, os livros não chegam às mãos dos alunos e dos professores por questões como falta de espaço físico, entraves burocráticos e, até mesmo, pelo fato de professores, gestores e agentes educacionais não terem tido a oportunidade de se formar leitores. Sendo assim, resultados melhores poderiam ser obtidos se houvesse um consenso mínimo em termos de interlocução entre programas e políticas públicas implementadas no campo da formação de leitores, pensando o tema como uma ação contínua, e não como eventos pontuais, muitas vezes descontinuados por fatos em nada relacionados à literatura.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 584, de 28 de abril de 1997. Institui o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 29 de abril de 1997, Seção 1, p. 8519.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, 21 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 146.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 7, 19/7/2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *No lugar da leitura: biblioteca e formação*. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2016.

CASTRILLON, Silvia. Biblioteca escolar: um modelo legitimista o una propuesta transformadora? *Revista Lectura y Vida*, Buenos Aires, ano 30, n. 4, p. 6-12, 2009. Disponível em: http://www.lecturayvida.fahce.unlp.edu.ar/numeros/a30n4/30_04_Castrillon.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

GHAZIRI, Samir Mustapha; ARENA, Dagoberto Buim. Da convivência com livros à necessidade de leitura: relatos acerca da criação de uma sala de leitura. *Revista Digital Leitura Crítica* (IMES), v. 3, p. 1-9, 2010.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; REIS, Eliane Gonçalves dos; CASTRO, Fernanda Vilela. Biblioteca escolar: espaço de interação e integração da ação leitora. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 23, n. 2, p. 224-244, abr./jul. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76513>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INTERNATIONAL Federation of Library Associations – IFLA. *School library guidelines*. Trad.: Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Bibliotecas escolares: contribuição aos estudos de suas políticas públicas. In: 16. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16., 2015. *Anais...* Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, [n. p.]. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2791/1128>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PERROTTI, Edmir. Estações de leitura, dispositivos de mediação cultural e a luta pela palavra. *Revista Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente*, v. 26, n. 3, p. 93-112, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/264/showToc>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VASQUES, Bruno *et al.* Biblioteca escolar: conceitos, objetivos e finalidades. In: ROSA, R.; ESTEVAM, H. M.; BESSA, J. A. (Org.). *A biblioteca no contexto escolar*. Uberaba: IFTM, 2014. p. 20-24.

Sobre as autoras

Ilsa do Carmo Vieira Goulart. Doutora em Educação pela FE-UNICAMP. Professora do Departamento de Educação e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras.

E-mail: ilsa.vieira@uol.com.br.

Maria das Dores Soares Maziero. Doutora em Educação pela FE-UNICAMP. Professora do Curso de Pedagogia da UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia – e pesquisadora do grupo ALLE/AULA – FE/Unicamp.

E-mail: s.maziero@uol.com.br.

Andrea Rodrigues Dalcin. Doutora em Educação pela FE-UNICAMP. Professora da Rede municipal de Cajamar e pesquisadora do grupo ALLE/AULA – FE-Unicamp.

E-mail: deiadalcin@uol.com.br.

Giovanna Rodrigues Cabral. Doutora em Educação pela PUC-RJ. Professora do Departamento de Educação e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras.

E-mail: giovanna.cabral@ufla.br.